

24 DEZ 1979

FOLHA DE S. PAULO

assembleia
constituinte

Marcílio defende nova Carta votada pelo Congresso atual

Das Sucursais

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, disse ontem que a elaboração de uma nova Constituição trata-se de imperiosa necessidade e, dentro deste desejo da maioria dos políticos e do povo brasileiro, foi que sugeriu essa medida no início da Legislatura. "Como o MDB defendia a tese de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e eu desejava formar uma comissão interpartidária para elaborar as novas normas constitucionais, ficamos restritos, numa primeira etapa, somente ao restabelecimento de poderes do Legislativo" — assinalou.

O deputado Flávio Marcílio entende que o Congresso dispõe de poder. "Constituintes e, por isso mesmo, não há necessidade da convocação de um pleito somente para a escolha da Assembleia Nacional Constituinte. "Os deputados e senadores possuem constitucionalmente poderes para reformar a Carta. Desta maneira, o que precisamos é elaborar um novo texto constitucional, contando com a participação de todas as tendências, agora representadas pelos novos partidos".

PRIORIDADE

O presidente da Câmara anunciou, ainda, que a emenda da reforma do Poder Legislativo, dotando-lhe de atribuições que foram retiradas no período excepcional, trata-se de prioridade e deverá ser submetida à consideração do Congresso Nacional no início dos trabalhos legislativos, em março próximo.



"Nossa intenção era fazer um projeto de nova Constituição adaptando-a à abertura de Figueiredo", diz Flávio Marcílio.

"A nossa intenção, desde o começo, era a de proceder a uma ampla reformulação constitucional, fazendo um projeto de Constituição e adaptando-a ao processo de abertura do presidente Figueiredo". No entanto, uma matéria dessa ordem, teria que contar com a participação de todos os políticos e esbarramos, na oportunidade, nas objeções do MDB que estava defendendo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo assim, a própria Oposição concordou em participar da comissão interpartidária e da elaboração do projeto de emenda constitucional referente ao capítulo do Poder Legislativo". Acho que no momento em que se procede o processo de abertura política, uma nova Constituição é decorrência natural da normalização institucional do País" — observou o deputado Flávio Marcílio.

MAGALHÃES

O deputado Magalhães Pinto encarou ontem com reservas a possibilidade de transformação do atual Congresso numa Assembleia Constituinte que elaboraria uma nova Constituição até 1983. O parlamentar mineiro manifestou-se favorável a uma eleição direta para esse fim afirmando não acreditar "nessa notícia que por enquanto é boato".

Já o senador Nelson Carneiro disse não se opor em princípio que o Governo envie para o Congresso projeto reformulando a Constituição, embora ache ideal a convocação de eleições diretas em 1982 para a escolha de uma Assembleia Nacional Constituinte. "A Constituição pode ser mudada o que aumentaria os poderes do Legislativo. Não me oponho, mas o ideal é a convocação de eleições diretas em 82 objetivando o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte", disse.

Na opinião de Doutel de Andrade, da Comissão Diretora Nacional provisória do PTB, "o Brasil precisa ser passado a limpo. Os trabalhistas defendem como ponto programático a convocação de uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente".

Acrescentou que "primeiro há de se constituir os partidos, depois se convoca a Constituinte, pois o que aí está é uma Carta outorgada, num momento de grave crise nacional, por uma Junta Militar. É fundamental para o Brasil de hoje a convocação de uma Assembleia Constituinte através de eleições soberanas e democráticas de forma a que todos os setores sociais se expressem", concluiu Doutel.